

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/12/2007

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO, REALIZADA NO DIA VINTE OITO DEZEMBRO DE DOIS MIL E SETE

-----Nos termos do disposto no número um do artigo quadragésimo nono da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, republicada pela Lei número cinco, traço, A, barra, dois mil e dois, aos vinte e sete dias do mês de Setembro do ano de dois mil e sete, reuniu nesta cidade do Cartaxo e Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal do Cartaxo, sob a presidência do Presidente da Mesa, Dr. António José Pereira Góis Santos Nascimento, coadjuvado pelo 1º Secretário, Sr. Fernando Manuel Duarte Santos e pelo Sr. Cândio Paulo Alenquer Ribeiro, 2º Secretário.-----

-----Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

-----Dr. Pedro Filipe Miranda da Cruz Nobre, PS-----

-----Dr. Vasco Manuel Henriques Cunha, PSD -----

-----Dr. Rogério Mendes Coito, CDU -----

-----Dra. Hélia Maria Duarte M. Baptista, PSD -----

-----Prof. João Miguel Ferreira Heitor, PSD (em substituição)-----

-----Sr. José Roque Gameiro dos Santos, PS -----

-----Eng. Marco Filipe Firmo Caetano, PS-----

-----Sr. Délio Modesto Pereira, CDU -----

-----Eng. Maria Luísa de Freitas P.A. Dias, PSD -----

-----Sr. António José Amendoeira Pêgo, PS -----

-----Sr. José Francisco Rodrigues Fernandes, PS -----

-----Sr. Francisco Manuel Miguel Colaço, BE -----

-----Maria Emília G. Soares, CDU -----

-----Sr. Manuel Luís Salgueiro, PS-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/12/2007

-----Sra. Anabela Carona Damião Rodrigues, PS -----
-----Sr. Rogério Luís Dias Santos, PS -----
-----Sr. Manuel Alfredo Moreira Fabiano, PS -----
-----Sr. Joaquim Edgar Carreira Oliveira, PS -----
-----Sr. Fernando de Jesus Ramos, PS -----
-----Luís Miguel Inglês Nepomuceno, PS -----
-----Foi admitida a substituição do Deputado José Manuel da Ponte A. Onofre
por João Miguel Ferreira Heitor (PSD).-----

-----Para além de todos os membros acima identificados, esteve presente da
parte do Executivo Municipal o Senhor Presidente da Câmara e a senhora Vereadora
Dra. Rute Ouro.-----

FALTAS: Faltaram à sessão o Presidente da Assembleia Municipal e os seguintes
Deputados Municipais: -----

-----Dra. Ana Maria Serrazina da F. e Silva, PS-----
-----Sra. Maria Filomena Calisto Gabirro, PS -----
-----Dr. José Manuel da Ponte A. Onofre, PSD -----
-----Dr. Pedro Miguel Barata de Almeida, PSD-----
-----Sr. Pedro Miguel Carvalho Monteiro, PS -----
-----Sr. João Paulo Almas, PS -----
-----Sr. Fernando Manuel da Silva Amorim, PS-----

ABERTURA: Às dezassete horas, verificada a existência de quórum, o Senhor
Presidente da Mesa, em exercício, deu início aos trabalhos, declarando aberto o período
antes da Ordem do Dia.-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA** -----

-----Deu início à sessão começando por apresentar os cumprimentos à Mesa,
aos restantes membros da Assembleia, aos representantes da Câmara Municipal à

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/12/2007

Comunicação Social e ao Público, avisando os senhores deputados que quisessem intervir nesse período deveriam apresentar a sua inscrição à Mesa. -----

PONTO 1 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DO MUNICIPIO DO CARTAXO PARA O ANO DE 2008. -----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA** -----

-----Antes de dar início à discussão do primeiro ponto, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar as opções e o orçamento do Município para o ano de 2008. -----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

-----No uso da palavra, cumprimentou a Mesa, os Deputados Municipais, os membros do executivo presentes, o público e a comunicação social, de seguida referiu que as grandes opções do Plano que se apresentam reflectem uma política muito ambiciosa de investimentos de 31.193.260,00 euros representando cerca de 78% do total do orçamento de 2008. -----

-----Acrescentou que, desde 2000 o Executivo, aposta, numa descentralização efectiva pelas 8 freguesias do concelho, atendendo ao princípio da subsidiariedade, continuando a sua aposta para 2008, conforme se pode constatar nas GOP's cifrando-se este ano em 1.493.612,85 euros, sendo, assim, a maior verba descentralizada desde sempre. -----

-----Referiu que a política seguida de apoio às colectividades culturais, desportivas e recreativas se mantém também como uma forte aposta em 2008.

Pela 1ª vez o executivo, também, irá protocolar com as instituições de solidariedade social, na sua generalidade, verbas e competências. -----

-----Disse ainda que após a consolidação financeira iniciada em 2005 e que, naquele momento, se encontra em fase de conclusão, a qual significou o pagamento de mais de 3/4 da dívida a fornecedores e empreiteiros, num montante global de cerca de 11 milhões de euros, sendo que, cerca de 85% desta dívida resultou do intenso período

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/12/2007

de investimento do mandato transacto (2002-2005), o Município do Cartaxo irá entrar em 2008 num novo ciclo do seu projecto, uma vez que inicia uma política de investimentos ambiciosa no plano social, económico e da qualidade de vida, focada na criação de postos de trabalho, no crescimento da economia do concelho e na coesão social. -----

-----Afirmou que o ano 2008 marca o início da segunda fase dum projecto mais amplo, que consiste na intenção do Município do Cartaxo se posicionar entre os vinte concelhos com maior qualidade de vida até 2020, para o efeito, o Município do Cartaxo decidiu fazer uma aposta contínua no rigor e na optimização dos recursos, sem deixar de avançar com a carteira de projectos estruturantes, indispensáveis para um Cartaxo moderno e com um desenvolvimento sustentado. -----

-----Acrescentou que a qualificação dos recursos humanos e a reorganização dos serviços, por via da optimização dos processos de trabalho, são fundamentais para atingir um elevado nível de satisfação dos munícipes, bem como a revisão orgânica e do quadro de pessoal são passos indispensáveis para a sua concretização.-----

-----Quanto ao modelo de gestão proposto esclareceu que se baseava na utilização de uma gestão financeira rigorosa e eficaz, na contenção de despesas e redução de custos de funcionamento, na racionalização de meios humanos e materiais entre as diversas divisões existentes e o aproveitamento de sinergias. Pretendendo-se, ainda, eliminar ineficiências, fazer um melhor uso das tecnologias da informação, com a consequente redução da carga administrativa, disponibilizando mais e melhores serviços, com vista a aumentar a produtividade dos serviços e, também, a satisfação do munícipe.-----

-----Acrescentou que a elaboração de um plano estratégico é um passo imprescindível para definir uma estratégia integrada e sustentada de desenvolvimento e de um rumo para o concelho. Neste sentido, o plano estratégico pretende de forma integrada aplicar da melhor forma os recursos existentes, valorizando todos os pontos fortes do concelho e optimizando as oportunidades do futuro, tendo por objectivo proporcionar ao concelho crescimento económico, com criação de emprego e riqueza. Este plano de desenvolvimento pretende ser uma ferramenta de trabalho disponível

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/12/2007

para todos, visando uma gestão e planificação optimizada dos recursos existentes nas diversas áreas de trabalho e nas diversas dimensões de intervenção do Município.-----

-----Disse ainda que a alteração do PDM constitui mais um instrumento imprescindível para uma gestão que promova o desenvolvimento. -----

-----Quanto ao novo Quadro Comunitário de Apoio 2007 – 2013 referiu que é um instrumento e uma alavanca para o desenvolvimento que o Município pretende utilizar e optimizar de forma criteriosa e ambiciosa, de modo a tornar-se num concelho cada vez mais competitivo e atractivo para todos. Neste sentido, importa apresentar projectos de qualidade, com viabilidade económica e financeira, sustentáveis num horizonte de médio e longo prazo e com retorno efectivo para a população. -----

-----O novo QCA aponta para a concorrência entre candidaturas no sector público, implicando a elaboração de candidaturas mais fortes, alinhadas e coerentes com os objectivos e desígnios regionais e nacionais. A demonstração da sustentabilidade económica, ambiental e social dos projectos é hoje muito importante para a sucesso das candidaturas a apresentar. -----

-----Deu nota que o PROT – OVT constitui mais um desafio, que o Cartaxo espera que seja um instrumento de gestão do território que maximize os pontos fortes do concelho, com localização central e privilegiada no contexto da Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo. Neste desafio, deverão ser salvaguardadas opções equilibradas no planeamento, promotoras do desenvolvimento económico da região. É necessário um planeamento ao serviço do desenvolvimento e crescimento económico, que não seja uma barreira ao progresso, como aconteceu diversas vezes no passado e que, não raras vezes, ocorre no presente. -----

-----Disse também que o novo aeroporto internacional de Lisboa, constitui mais um desafio que o Município aguarda que seja tomada a melhor decisão para o país e em que é nossa convicção que só pode ser Ota. Os vários estudos sérios, realizados ao longo das últimas décadas mostram as vantagens competitivas desta localização em relação a outros pontos do território. Todavia, o desenvolvimento do concelho não depende da Ota, e este apresenta um plano e uma estratégia de desenvolvimento

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/12/2007

própria, sustentada em vários vectores de crescimento, permitindo que o Cartaxo continue na senda do desenvolvimento com ou sem Ota.-----

-----Referiu que numa lógica de otimizar os recursos humanos existentes e de aumentar a qualidade dos serviços prestados, foram contratualizados serviços com empresas especializadas em áreas como manutenção e conservação de espaços verdes, limpeza urbana e recolha de resíduos sólidos urbanos. Acrescentou que noutras áreas em que haja vantagens para o concelho será ponderada esta opção, sempre que o rácio custo / benefício da operação seja vantajoso para o município.-----

-----Deu conta que a área das águas e saneamento constitui um grande projecto estruturante e com grau de prioridade máxima, para o concelho do Cartaxo, cifrando-se em 11.977.005,00 euros apesar de não estar relevado contabilisticamente nas GOP's. Acrescentou que o modelo das águas que o executivo preconizou, vai salvaguardar: um tarifário justo para os munícipes; a concretização de investimento na área da água e saneamento básico a concretizar nos próximos três anos (obras ambicionadas pela população há décadas, nomeadamente as Etar's); a salvaguarda dos direitos dos trabalhadores do sector; uma rentabilização do nosso património nesta área, no montante estimado de cerca de 21.000.000,00 euros, o que vai permitir, para além da consolidação financeira do município, a constituição de uma base financeira fundamental para a consolidação dos investimentos nos próximos quadros comunitários de apoio. -----

-----Neste sentido, o Município do Cartaxo vai ser marcado em 2008, por uma reestruturação no âmbito da Divisão de Águas e Saneamento. Após uma profunda análise de todos os cenários optou-se por uma concessão municipal das águas e saneamento e por uma parceria com a EPAL para o abastecimento em alta da água em todo o concelho. -----

-----Assim, no ano 2008, a gestão conjunta dos serviços públicos municipais de abastecimento de água para consumo público de recolha e rejeição de efluentes domésticos no Município do Cartaxo, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infra-estruturas e equipamentos passará a ser explorado por uma concessionária, motivo pelo qual no

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/12/2007

orçamento contemplou-se apenas três meses de receita de água e saneamento, no entanto, como medida cautelar, as despesas com pessoal foram orçadas para todo o ano.

-----SENHOR DEPUTADO FRANCISCO COLAÇO, BE-----

-----Cumprimentou os presentes e no uso da palavra e em relação ao ponto em discussão, disse que o orçamento em causa, que antes não era bom, uma vez, que não servia os interesses da população do Cartaxo, no entanto foi aprovado pela CMC. Referiu que esta mudança foi possível, graças à alteração de voto de alguns partidos, no entanto não entende tal alteração uma vez que os pontos que eram criticados no Orçamento, na primeira edição, se mantiveram inalterados na segunda edição.-----

-----De seguida apresentou a seguinte análise que passamos a transcrever: ----

-----“O B.E considera esta, uma versão envernizada do Orçamento do desespero, ou seja, a repetição do Orçamento de 2007 numa versão completa. Seguramente o Orçamento da ambição sem rigor mas com muita ilusão. Habitúamo-nos a ver Orçamentos que são autênticos dragões de papel, ou se quisermos gigantes com pés de barro. Os níveis de concretização são muito baixos, o deste ano, por exemplo, pouco passa dos 35%.-----

-----De 2006 executado para 2008, o Orçamento passa de catorze, virgula, sete milhões de euros, para perto de trinta e nove, virgula, sete milhões de euros, quase duas vezes mais, uma invulgaridade a nível social. De 2006 executado para 2007, já se tinha passado dos referidos catorze, virgula, sete milhões de euros para trinta e um, virgula, nove milhões. Uma pretensão ambiciosa mas nada rigorosa, basta ver os baixos níveis de concretização.-----

-----Na receita passamos o Orçamento da antecipação de receita da EDP, e mais alguns patacos, venda de terrenos para o Orçamento da alienação e património Municipal, um total desespero pela a ambição pessoal do senhor Presidente da Câmara. -----

-----Quanto à execução do Orçamento de 2007, oportunamente discutiremos, mas seria conveniente o fornecimento dos mapas da execução orçamental das receitas e despesas e da execução do plano plurianual de investimentos de 2007. Tivemos, até

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/12/2007

agora quarenta e três alterações orçamentais. Só de venda de terrenos que se prevê dezanove, virgula, sete milhões de euros, representa metade do Orçamento Municipal, cerca de quarenta e nove, virgula, seis por cento.-----

-----Acrescentando a estes os rendimentos de propriedade, vinte e um, virgula, oitenta e nove por cento, passamos a ter aqui concentrados cerca de três quartos, ou seja, setenta e cinco por cento de receita prevista para 2008.-----

-----Em 2006, valores executados, destas receitas, vendas de terrenos e rendimentos de propriedades, representavam cerca de um, virgula, setenta e oito por cento do total.-----

-----Temos dúvidas que queremos colocar:-----

-----O que é que respeita, em 2008, a cedência de direito de superfície à RUMO 2020, E.M., não tinha já sido arrecadada em 2007? -----

-----Se não foi arrecadada, serviu para empolar o Orçamento de 2007, confirma-se o argumentado e teremos isso em atenção na prestação de contas de 2007.

-----A que se refere afinal esta receita, renda da concessão das águas? -----

-----Temos aqui muitos imbróglis que gostaríamos de ver esclarecidos.-----

-----O terreno do campo da feira está inscrito no inventário da Câmara Municipal do Cartaxo?-----

-----Qual o valor que lhe é atribuído?-----

-----Penso que, mais uma vez em termos de actividade orçamental, se está a começar a casa pelo telhado.”-----

-----Acrescentou ainda que no programa da Rádio Cartaxo, que teve em directo com o Senhor Vice-Presidente em exercício, foi informado que a carta de conforto era emitida ao Banco sobre o Estrela no valor de cerca de vinte mil euros, no entanto o Senhor Albuquerque disse que a carta de conforto era de quatrocentos mil euros, esta situação pela sua gravidade necessita de esclarecimentos. -----

-----Em relação ao campo da feira, questionou se não haveria outra alternativa diferente, uma vez que se vem a verificar que as obras e a alienação do Património Municipal do Cartaxo são prioridade do actual executivo. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/12/2007

-----Quanto às transferências correntes, especialmente nos protocolos com as freguesias e colectividades, vê com agrado a intenção da autarquia pagar tudo às freguesias ainda no corrente ano, o mesmo não pode dizer em relação às colectividades que tem protocolos de 2005/2006 e 2007 por regularizar. -----

-----Não pode deixar de relevar o facto do Município do Cartaxo dever cerca de cento e quarenta mil euros de cotizações à CULT.-----

-----Recordou que no ano de 2006, o nível de execução do Plano Plurianual, rondou os 25%, aparecendo projectos de 2004 que não são mais que despesa corrente contraída e ainda não paga. As despesas com a administração autárquica, Câmara Municipal, Assembleia Municipal, incluindo os serviços de apoio, divisão dos serviços da presidência, serviços do departamento de administração e finanças, absorvem 27% do total do orçamento, e questionou o que restava para a população e para o concelho. -

-----Terminou dizendo que o orçamento apresentado é uma vergonha política e um embuste. -----

-----**O DEPUTADO MUNICIPAL JOSÉ GAMEIRO, PS**-----

-----No uso da palavra, começou por cumprimentar os presentes e de seguida apresentou a seguinte Moção: -----

-----*“Considerando que a consolidação financeira da autarquia se encontra em fase de conclusão, o Município do Cartaxo prepara-se para entrar no próximo ano num novo ciclo de investimentos.* -----

-----*As linhas estratégicas contemplam um conjunto de investimentos que ascende os 31milhões de euros (31.193.260,00 euros), representando cerca de 78% do total do orçamento, de 39.733.012,00 euros.*-----

-----*O saneamento básico, a Carta Educativa, os equipamentos sociais, culturais e desportivos e o emprego assumem-se como as principais prioridades do município para 2008, contribuindo para a afirmação do concelho como um centro de qualidade de vida, na região e no país. A descentralização efectiva pelas oito freguesias representa também uma grande aposta do executivo, que em 2008 irá transferir a maior verba descentralizada de sempre: 1.493.612,85 euros.*-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/12/2007

-----Satisfazer as necessidades dos munícipes e superar as suas expectativas mais exigentes implica reforçar as preocupações na concretização de equipamentos sociais, desportivos, culturais e de lazer, assim como continuar a apostar nas acessibilidades e no emprego. Por essa razão, o município decidiu iniciar uma política de investimentos ambiciosos no plano social e económico, focada na criação de postos de trabalho, crescimento da economia do concelho e coesão social, onde assume particular importância a concretização das duas áreas de localização empresarial (Falcão e Pontével – Cartaxo).-----

-----A carta educativa, onde estão previstos investimentos na ordem dos 10 milhões de euros, é outro dos vectores em que a autarquia aposta em 2008, uma vez que irá permitir adequar e concretizar as infra-estruturas necessárias para responder à realidade futura do concelho e às novas exigências educativas. -----

-----Considerando que a par da educação, as águas e saneamento representam um grande projecto estruturante, cujo investimento se situa nos 12 milhões de euros, apesar de não estar relevado contabilisticamente nas GOP's. Além dos investimentos em infra-estruturas ambiciosas há décadas, no novo modelo das águas aprovado para o concelho vai garantir um tarifário justo, a salvaguarda dos direitos dos trabalhadores e a rentabilização do património nesta área, estimado em cerca de 21 milhões de euros. -----

-----Considerando que para alcançar o objectivo da diferenciação pela qualidade de vida e bem-estar, que representa a principal missão do município, contemplada no seu plano estratégico de desenvolvimento, a autarquia pretende concretizar projectos estruturantes, de curto e médio prazo, que se revelam fundamentais para o desenvolvimento do concelho. -----

-----Considerando que para 2008, a autarquia reforça os seguintes projectos âncora: -----

-----1. As águas do Cartaxo, saneamento básico e ambiente afirma-se, como um dos projectos âncora do concelho, que contribui claramente para o desenvolvimento local; -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/12/2007

-----2. *Construção de uma Cidade Média Regional (Cartaxo – Vila Chã de Ourique);*-----

-----3. *Áreas empresariais – Zona de Actividades Empresariais Cartaxo – Pontével (Casal Branco) e Área de Localização Empresarial do Falcão (uma forte aposta na atracção de investimentos e na criação de postos de trabalho);*-----

-----4. *Carta Educativa/Centros Escolares (um instrumento de valorização e garantia de progresso, vital para uma sociedade de conhecimento, inovação e sustentabilidade);*-----

-----5. *Parque Central da Cidade (centro administrativo, de cidadania e lazer);*-----

-----6. *Valada XXI (Turismo e lazer na freguesia de Valada);*-----

-----*Acrece a estes vectores de desenvolvimento dois grandes desafios: o novo Quadro de Referência Estratégica Nacional, que representa uma janela de oportunidade, rumo à consolidação dos grandes investimentos estruturantes, e o PROT-OVT, que poderá vir a maximizar os pontos fortes do concelho, a par do novo aeroporto internacional de Lisboa.*-----

-----*Considerando que continuar a desenvolver um modelo baseado na gestão financeira rigorosa eficaz, na contenção de despesa, redução de custos de funcionamento e racionalização de meios humanos e materiais são objectivos que a Câmara pretende continuar a seguir, no âmbito de uma missão clara e bem definida que defende a ambição, o rigor, a qualificação e a consolidação financeira;*-----

-----*Propõe este Grupo que a Assembleia Municipal aprove este Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2008.*-----

-----*Cartaxo, 28 de Dezembro de 2007.”*-----

-----**O DEPUTADO MUNICIPAL ROGÉRIO COITO, CDU**-----

-----No uso da palavra disse que Bancada da CDU fez uma análise global ao documento em causa. -----

-----De seguida leu o seguinte documento:-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/12/2007

-----“A posição da CDU e a coerência de votação do seu Vereador no executivo municipal são conhecidas e o mesmo deu conhecimento e esclarecimentos a todos os membros do seu grupo político da justificação do seu voto, sobretudo sobre três vectores de análise que não deixaram dúvidas: -----

-----1. Na revisão orgânica do Quadro de Pessoal onde aumentaram as despesas em mais de um milhão de euros, numa altura em que estão a concessionar serviços a privados, triplicando as estruturas de chefias, ao arrepio de ideias atribuladas de contenção e rigor. -----

-----2. A alienação do património beneficiando sociedades anónimas, a alienação do direito de superfície do campo da feira, equivale no entanto também a uma venda por um limite de anos e é uma maneira de acabar de vez com a velhinha e tradicional Feira dos Santos. No entanto ficam algumas dúvidas sobre este assunto, uma vez que consta que a Quinta dos Sousas, onde está actualmente a Feira dos Santos, foi cedida à Câmara Municipal nos anos setenta, do século passado, por uma quantia irrisória para aí ser construído um bairro social. Tal não aconteceu porque entretanto a grande crítica às construções de grande volume no Largo Vasco da Gama, onde se realizavam feiras e mercados mensais, obrigaram a transferir provisoriamente as mesmas para a Quinta dos Sousas. Se esta for vendida ou alienada para onde passam a feira e os mercados? -----

-----E os familiares do senhor Ribeiro Ferreira que parece que foi quem vendeu o terreno, não terão uma palavra, visto que não se cumpriu o acordo? -----

-----3. A venda de um bem público como as águas com a sua distribuição concessionada a uma entidade privada por trinta e cinco anos, na qual esperam arrecadar quarenta e cinco por cento da receita, nos primeiros quatro anos e cinquenta e cinco por cento durante os restantes trinta e um anos são pilares que na nossa apreciação não merecem um voto positivo. -----

-----No entanto não gostaríamos de deixar de rever alguns aspectos deste documento que mereceram a nossa atenção. Escrito num estilo eloquente apostando nos delírios comunitários do QREN, quando só nos primeiros meses de 2008 é que irão decorrer as negociações com o Estado Português com vista à contratualização de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/12/2007

fundos comunitários para o período de 2007-2003, desconhecendo-se os montantes a contratualizar. Vemos que este Orçamento assenta em receitas que são certamente virtuais, numa engenharia financeira que o POCAL permite, sabendo-se posteriormente introduzir as modificações que entenderem como fizeram em orçamentos aprovados em 2006 e que até Novembro de 2007 sofreu quarenta e três modificações orçamentais com transferências de verbas entre rubricas. Este documento tem no entanto algumas nuances que merecem inteiramente o nosso apoio, como o projecto de apoio de cento e trinta e seis por cento às colectividades aos grupos e associações para o desporto, recreio e lazer, pretendendo ainda apoiar instituições sem fins lucrativos e as freguesias verão aumentados os seus protocolos em cento e cinquenta e quatro por cento. -----

-----No entanto não verificamos, neste plano, qualquer ideia de se aliar ao contributo para a resolução de um problema que vem afectando cada vez mais as sociedades contemporâneas que são os problemas ambientais, uma verdade inconveniente que preocupa locais nacionais e internacionais. Muitas Câmaras estão a fomentar o uso das energias renováveis em edifícios da sua jurisdição e o uso da energia solar, quer nos aquecimentos de águas em piscinas, estádios municipais e pavilhões, que com custos um pouco elevados no investimento tem depois o retorno positivo, por se tratar de uma energia limpa, renovável e com poucos custos na administração corrente. Mas não nos parece que o documento transpareça a ideia de agarrar esta bandeira de fomentar o uso das energias renováveis. Os seus investimentos, para o desenvolvimento apontam para a construção de uma cidade média regional, cujo os parâmetros se desconhecem o protocolo Valada XXI, que ninguém sabe muito bem o que é. -----

-----O que transparece é um somatório de rubricas orçamentais, com a designação de outros, com bastante peso no total orçamentado, o que permite deduzir que são rubricas para utilizar ao sabor das necessidades de momento. -----

-----Não há contenção nas despesas correntes que são perto de 18,3 milhões de euros num orçamento de 39 milhões. Um terço destas verbas são para pagar

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/12/2007

estudos e pareceres, publicidade e outros serviços, tendo inscrita uma verba de 7,7 milhões de euros. -----

-----Em conclusão diremos que, na nossa opinião, não é um orçamento que possa ser considerado de rigor, clarificação e consolidação financeira e o futuro do Cartaxo, com ou sem OTA, não se apresenta muito risonho. Por isso não vamos votar favoravelmente as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2008.”-----

-----SENHOR DEPUTADO VASCO CUNHA, PSD-----

-----No uso da palavra cumprimentou os presentes e de seguida apresentou a seguinte análise sobre o Orçamento em causa, que passamos a transcrever:-----

-----“As Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2008 que hoje se discutem nesta sessão extraordinária da Assembleia Municipal do Cartaxo são claramente influenciadas pelos seguintes factores: -----

-----a) O Plano e Orçamento para 2008 não foi aprovado – facto inédito – à primeira proposta pelo executivo municipal liderado pelo PS, tendo sido necessária uma segunda reunião deste executivo municipal para fazer a aprovação destes documentos;-----

-----b) A rejeição da proposta original de Plano e Orçamento da Câmara Municipal do Cartaxo para 2008 contou com os votos contrários das diferentes oposições no executivo municipal (2 vereadores de PSD e 1 vereador da CDU), tendo sido decisivo para a rejeição final o voto contra de 1 vereador do PS, partido político que governa o município há mais de 30 anos; -----

-----c) Pela primeira vez no município do Cartaxo um vereador eleito pelo Partido Socialista sustenta argumentos para rejeitar o Plano e Orçamento do Município para 2008 que encaixam em muitos das várias críticas que as diferentes oposições há muito tempo apresentam à gestão corrente e estratégica da Câmara Municipal do Cartaxo; -----

-----d) Pelo atraso de 1 ano (por culpa do Governo) sobre o início de um novo Quadro Comunitário de Apoio (QREN), sem que objectivamente ainda sejam

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/12/2007

conhecidos quais os projectos municipais que podem ter acolhimento no co-financiamento comunitário; -----

-----e) Pelos recentes desenvolvimentos no processo “Águas do Ribatejo”, no contexto da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo (CULT), que ainda não permitem – sustentadamente – garantir os meios legais e os recursos financeiros necessários para a prossecução dos objectivos do município em matéria ambiental, designadamente ao nível do saneamento básico que sirva todos os munícipes do concelho do Cartaxo; -----

-----f) Pelo endividamento da Câmara Municipal do Cartaxo que já apresenta contornos insuportáveis que se tornam um obstáculo e estrangulam a margem de manobra da gestão corrente, agravadas pela aplicação da nova Lei das Finanças Locais sobre a capacidade de endividamento dos municípios, designadamente pelos recursos à utilização de instrumentos financeiros mais sofisticados, como o “leasing”, o “leaseback” e o “factoring” ou, como foi exemplo recente (em 2007), pela não aceitação da antecipação de receitas da EDP por parte do Tribunal de Contas; -----

-----Tendo analisado os documentos que integram as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2007, os Deputados do PSD na Assembleia Municipal do Cartaxo, consideram que:-----

-----1 - Regista-se um sistemático e continuado método (“fato-de-medida-larga” na expressão de todos os anos) para apresentar estes documentos com propostas e valores que acabam por ficar muito aquém daquilo que de facto é concretizado. O mote dos documentos, apresentados pela maioria socialista no executivo municipal, apela sistematicamente ao “Rigor e Ambição” sem que a obra e os resultados o confirmem ano após ano.-----

-----Para confirmar a nossa afirmação (que se mantém há vários anos) da falta de rigor com que são elaborados os Orçamentos, apresentamos de seguida os valores orçamentados e os valores que efectivamente foram realizados no fim de cada ano, para melhor se perceber como é que alguém de bom censo pode acreditar neste “Rigor e Ambição”: -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/12/2007

	<i>Ano – 2008</i>	<i>Ano – 2007</i>	<i>Ano – 2006</i>	<i>Ano – 2005</i>	<i>Ano – 2004</i>
	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>
Orçamentado	39.733.012,	35.747.735,	31.948.199,	26.615.155	22.905.484
Realizado		10.764.934,	18.042.072,	14.440.810	17.981.962
Desvios em €		24.982.801,	13.906.127,	12.174.345	4.923.522
Desvios em %		69,89 % (a)	43,53 %	45,74 %	21,49 %

(Fonte: Câmara Municipal do Cartaxo): (a)= Realizado até 31 de Agosto de 2007

-----2 - O conjunto das propostas que são submetidas à apreciação, à discussão e à votação, mantêm a mesma tendência, já apontada em anos anteriores, sem que a Câmara Municipal do Cartaxo tenha aproveitado esta curta oportunidade, para promover uma significativa consolidação orçamental, designadamente na redução da despesa supérflua e que não se justifica; -----

-----3 - A actual gestão municipal, tendo consciência das dificuldades para onde dirigiu as contas municipais, não tem a determinação e a coragem para inverter a situação orçamental da Câmara, agravando ainda mais as Despesas Correntes, designadamente com as Despesas com Pessoal, quando a muito recente Revisão Orgânica do Quadro de Pessoal e a saída de alguns dos Serviços prestados pela Câmara Municipal do Cartaxo aos municípios se preparam para ser passados para entidades fora da sua jurisdição; -----

-----4 - Ainda neste contexto da Despesa Corrente, e numa perspectiva mais global, a situação financeira da Câmara Municipal do Cartaxo vai agravando os sinais de degradação, porque a sua Despesa Corrente tem progressivamente crescido, sem que a correspondente Receita Corrente cresça ao mesmo ritmo; -----

-----5 - Ao longo dos últimos anos foi aumentando a dívida aos fornecedores, particularmente aos que são do concelho do Cartaxo, como o demonstram os sucessivos Relatórios e Contas da CMC pelo que o Município tem vindo a acumular dívidas, não cumprindo com o pagamento de facturas pendentes de anos anteriores, não conseguindo cumprir com os Protocolos que livremente assina com as

16/40

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/12/2007

Colectividades e as Associações, sendo em suma um sério e significativo contribuinte para a crise com que muitas empresas do município se deparam; -----

-----Este Plano e Orçamento para 2008, apresentados pela maioria PS que governa o município, “não podem ser levados a sério”. De facto, aquilo que tem sucedido, com conhecimento mais fácil sobretudo daqueles que acompanham com atenção as reuniões do executivo municipal, é que no decorrer do exercício económico, que é igual ao ano civil, são distribuídas em quase todas as reuniões do executivo da CMC, modificações ao Orçamento, que consistem – basicamente – na transferência de verbas entre as diversas rubricas orçamentais, de umas rubricas para as outras. -----

-----Durante o ano de 2007, e com o Orçamento que foi aprovado em reunião do executivo municipal e ratificado pela Assembleia Municipal, a verba de 31.876.660,00 Euros sofreu 43 alterações e um número bem superior de transferências entre as diversas rubricas orçamentais até 30 de Novembro, no valor total de 7.326.432,00 Euros, o que representa 22,98% do total da despesa orçamentada. -----

-----Embora estas alterações/transferências não alterem o valor total do Orçamento, sucede que elas o descaracterizam por completo. Por isso, para sermos mais rigorosos ainda, fizemos o levantamento das alterações por Trimestre, e estas correspondem ao seguinte Quadro: -----

PERÍODO	MONTANTE ALTERADO	% SOBRE O ORÇAMENTO DE 2007
1º Trimestre	2.863.194,00 €	8,98%
2º Trimestre	4.653.738,00 €	14,60%
3º Trimestre	5.334.329,00 €	16,73%
4º Trimestre (até 30 Novembro)	7.326.432,00 €	22,98%

-----Estas alterações demonstram bem a falta de rigor com que é feito o chamado Orçamento e a muito pouca credibilidade que ele nos merece. Para uma expressão ainda mais exacta daquilo a que nos referimos, veja-se o Quando seguinte, onde constam as alterações enunciadas (até 30 de Novembro de 2007): -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/12/2007

MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA CMC DE 2007					
Despesa total = 31.876.660 €					
Nº Ordem	Data Despacho	Valor Euros	Nº Ordem	Data Despacho	Valor Euros
1	19-Jan	147.575,00	24	23-Jul	63.770,00
2	30-Jan	511.226,00	25	03-Ago	194.333,00
3	07-Fev	408.971,00	26	14-Ago	21.150,00
4	07-Fev	91.024,00	27	22-Ago	74.500,00
5	08-Fev	408971,00	28	06-Set	91.275,00
6	22-Fev	604.363,00	29	20-Set	92.652,00
7	05-Mar	72.142,00	30	01-Out	98.388,00
8	14-Mar	151.253,00	31	09-Out	74.169,00
9	19-Mar	294.901,00	32	15-Out	79.407,00
10	22-Mar	67.229,00	33	16-Out	132.795,00
11	30-Mar	105.539,00	34	22-Out	180.420,00
12	10-Abr	150.736,00	35	25-Out	53.974,00
13	18-Abr	840.000,00	36	05-Nov	107.990,00
14	27-Abr	249.904,00	37	09-Nov	338.521,00
15	09-Mai	64.694,00	38	14-Nov	292.714,00
16	21-Mai	224.155,00	39	15-Nov	243.335,00
17	25-Mai	94.800,00	40	20-Nov	75.123,00
18	30-Mai	49.350,00	41	22-Nov	233.472,00
19	11-Jun	81.865,00	42	27-Nov	62.990,00
20	14-Jun	24.500,00	43	30-Nov	18.805,00
21	17-Jun	10.540,00	Subtotal		2.529.783,00
22	09-Jul	94.266,00	TOTAL		7.326.432,00
23	15-Jul	48.645,00			
Sub-Total		4.796.649,00			

-----**RECEITA:**-----

-----De acordo com a prática deste executivo que lidera a CMC o orçamentado normalmente nunca é executado. Nem sequer por aproximação. Em 2003

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/12/2007

e 2004 a execução orçamental (o que de facto foi Executado/Concretizado face ao que constava no Orçamento) superou sempre os 91%. -----

-----Desde então, o executivo municipal da responsabilidade do Partido Socialista e liderado pelo Presidente Paulo Caldas já nos habitou aos “Orçamentos Virtuais”, sem qualquer correspondência com a realidade do que é depois executado. -

-----Apesar da maioria PS que governa o Município há mais de 30 anos acusar o PSD de comparar «Orçamentos com Orçamentos», alegando (sem qualquer justificação verosímil) que se tratam de meras previsões, este ano recorreremos também à comparação com dados divulgados pela própria CMC, através dos seus Relatórios e Contas, sobre os resultados efectivamente concretizados. -----

-----Vejamos:-----

	2006	2007	2008
RECEITA	EXECUTADO	ORÇAMENTADO	ORÇAMENTADO
Corrente	10.777.429,07	21.834.585,00	18.320.741,00
Capital	3.956.757,95	10.042.075,00	21.412.271,00
Total	14.734.187,02	31.876.660,00	39.733.012,00
VARIAÇÕES PERCENTUAIS DE ANO-PARA-ANO			
RECEITA		DE 2006 PARA 2007	DE 2007 PARA 2008
Corrente		102,6 %	-16,1 %
Capital		153,8 %	113,2 %
Total		116,3 %	24,7 %
RECEITA			DE 2006 PARA 2008
Corrente			70,0 %
Capital			441,1 %
Total			169,7 %

----- • De 2006 (o que foi efectivamente Executado) para o Orçamento de 2007 (ainda na base da previsão), passa-se de 14,7 milhões de Euros para um montante exorbitante de 31,9 milhões de Euros (confirmando assim as denúncias

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/12/2007

atempadamente referidas pelo PSD, dado que não se tratava de uma previsão ambiciosa, mas apenas de um Orçamento muito pouco rigoroso...). -----

----- • Do ano de 2006 (o que foi efectivamente Executado) para o ano de 2008, o PS passa de um Orçamento Executado de 14,7 milhões de Euros para um Orçamento para 2008 (na previsão) de cerca de 39,7 milhões de Euros (isto é, a ilusão chega a quase 3 vezes mais...). -----

-----Com o Orçamento de 2005, a Execução já se ficou pelos 66% e previsivelmente com o de 2007, a execução orçamental ficará num patamar de Execução semelhante a 2005, muito além dos 91% executados em anos anteriores, o que revela pouco rigor na previsão do Orçamento. -----

-----Porque será?-----

-----Vale a pena recordar o que se passou, nos últimos anos (com os Orçamentos de 2006 e 2007), na perspectiva da Receita Total, onde a expectativa da CMC era de obter um conjunto de Receitas que empolaram substancialmente o Orçamento e que depois, ao longo da execução orçamental, se verificaram constituir como ilusões orçamentais. -----

-----a) Em 2006, quando se previa que o Município do Cartaxo iria ter uma menor arrecadação de Receitas Correntes (-2,9%) comparativamente a 2005 e as suas Receitas de Capital iriam aumentar brutalmente (73,3%), comparando 2006 com 2005 – com a justificação política de que haveria uma Participação conjunta de Fundos Comunitários (no valor de 8.385.238, Euros) e de verbas resultantes de Contratos-Programa com a Administração Central (que ascendiam a 4.610.300, Euros) mas que nunca chegaram a concretizar-se; -----

-----b) Em 2007, a proposta orçamental continha a expectativa da antecipação de receitas da EDP, inscrita nas “Rendas”, pelo montante de cerca de 7 milhões de Euros. O executivo municipal acabou por desistir desta operação dado que estas operações não estavam a obter a aprovação do Tribunal de Contas. Pouco tempo depois, o PSD avisou para a necessidade de se rever o Orçamento dado que era necessário deduzir ao total da receita de 31.876.660, de Euros o montante de cerca de 7 milhões de Euros, pelo que a Receita Total se reduziria para 24.876.660, de Euros;--

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/12/2007

-----c) Também em 2007, já nas Receitas de Capital, na rubrica “Venda de Bens” estava incluída a verba de 5.403.100, de Euros para a qual se previa a possibilidade da alienação do terreno do “Campo da Feira” com o qual também discordámos (tal como agora voltamos a fazer o mesmo com o Orçamento para 2008); -----Para 2008, o executivo municipal admite a perda da receita da «Água» e «Saneamento», com a concessão que foi deliberada oportunamente, calculando essa perda em cerca de 1.400.000, Euros. -----

IDENTIFICAÇÃO	OBJECTO	MONTANTE	NOTA
07.01.08.01	Água	1.144.460,00 Euros	Face ao ano anterior
07.02.09.02	Saneamento	242.269,00 Euros	Face ao ano anterior

-----Atendendo ao que se encontra orçamentado, o PSD volta novamente a admitir que há um empolamento no Total das Receitas previstas (39,7 milhões de Euros) e que resultam do seguinte: -----

----- • Empolamento Renda Terrenos: - 2,4 milhões de Euros -----

----- • Empolamento Venda Terrenos: - 19,7 milhões de Euros -----

----- • Total (do Empolamento) = 22,1 milhões de Euros -----

----- • Em suma, o Orçamento real da Receita = 17,6 milhões de Euros (cerca de 44,3% do que está orçamentado) -----

-----Vale a pena notar que, só a «Venda de Bens de Investimento – Terrenos (campo da feira, de “Todos os Santos” lotes do parque empresarial do “Casal Branco”, etc.)», no valor de 19,7 Milhões de Euros, representa metade do Orçamento Municipal (49,6%). -----

-----Face a esta realidade, temos fundadas suspeitas de que com este Empolamento/Ausência de Rigor é possível garantir a cobertura dos 12 milhões de Euros de Passivo com “Factorings” (9 milhões de Euros pelo menos), sem “Factorings” (cerca de 3 milhões de Euros) e um conjunto – provavelmente significativo – de compromissos que ainda circulam e se encontram por pagar. -----

-----**DESPESA:** -----

21/40

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/12/2007

-----De acordo com a prática recente desta CMC também aqui o orçamentado normalmente nunca é executado. Nem sequer por aproximação. Em 2003 e 2004 a execução orçamental (o que de facto foi concretizado no Orçamento) superou sempre os 91% Em 2005, só cerca de 2/3 do Orçamento (correspondentes a 64,71%) é que foram executados. -----

DESPESA	2006 EXECUTADO	2007	2008
		ORÇAMENTADO	ORÇAMENTADO
Corrente	10.545.008,34	15.203.295,00	18.320.672,00
Capital	3.895.801,79	16.673.365,00	21.412.340,00
Total	14.440.810,13	31.876.660,00	39.733.012,00
VARIAÇÕES PERCENTUAIS DE ANO-PARA-ANO			
RECEITA		DE 2006 PARA 2007	DE 2007 PARA 2008
Corrente		44,2 %	20,5 %
Capital		328,0 %	28,4 %
Total		120,7 %	24,7 %
RECEITA			DE 2006 PARA 2008
Corrente			73,7 %
Capital			449,6 %
Total			175,1 %

-----Nota-se que há uma preocupação constante do executivo camarário em aumentar o valor das despesas orçamentais de ano após ano, talvez com o intuito de criar a ilusão junto dos munícipes em geral, que a Câmara Municipal está sempre a fazer obras. De 2004/2005 o aumento foi de 14%, em 2005/2006 o aumento foi de 17%, em 2006/2007 o aumento foi de 11% e em 2007/2008 o aumento foi de 10%. Não há a preocupação, de mais que não seja, da contenção da despesa, em virtude das dificuldades de tesouraria porque está a passar a autarquia. -----

-----De acordo com esta proposta orçamental conclui-se, resumidamente, que em comparação com o Orçamentado em anos anteriores, há situações absolutamente inexplicáveis: -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/12/2007

-----a) Como é que o “emagrecimento” da estrutura municipal com a concessão das Águas e Saneamento, aos quais se associa a recém aprovada Revisão Orgânica do Quadro de Pessoal, vão gerar um aumento das Despesas Correntes na ordem dos 20,5% face ao orçamento inicial de 2007?... -----

-----b) Como é que só ao nível das Despesas com o Pessoal, o aumento ronda os 19,4%?... Nunca uma reestruturação orgânica gerou tanto aumento de despesa com o Pessoal – Será que tal se deve ao corolário da “estabilização das despesas com o pessoal, rejuvenescimento do quadro de pessoal e profissionalização/formação” apontados em 2005? Se em 2007, as despesas com “Pessoal” já cresciam 10,4% e aumentavam em cerca de 600 mil Euros e se a esta realidade associarmos o crescimento que as despesas com “Pessoal” já tinham tido em 2006, em cerca de 20%, podemos constatar o total descontrolo que esta rubrica apresenta; -----

-----c) Como é que se justifica que a Aquisição de Bens e Serviços aumenta 21,2% (entre 2007 e 2008)? Será esta mais uma medida de racionalização, quando a Aquisição de Bens e Serviços relacionados com o sector da Água e Saneamento passam a ser feitos pela concessionária? -----

-----Para além destas perplexidades, esta proposta orçamental ainda contém um conjunto de outras Despesas com as quais não podemos concordar: -----

-----a) A imperiosa redução das Despesas com as Aquisições de Bens e Serviços é contrariada pela gestão consumista do executivo municipal liderado pelo PS. A tendência dos valores orçamentados para os exercícios de 2007 e 2008 foi de 6.625.355, Euros e 8.004.769 Euros, respectivamente. Acontece mesmo que em 2008, as Aquisições de Serviços abaixo indicadas representam 43,69% do total das Despesas Correntes, designadamente os seguintes serviços: -----

DESCRIÇÃO	EUROS
Comunicações	263.641,
Estudos, Pareceres, Projectos Consultadoria	546.534,
Publicidade	340.560,
Trabalhos Especializados	1.354.050,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/12/2007

Outros Serviços	755.264,
TOTAL	3.260.049,

-----No entendimento do PSD, esta verba de 3.260.049,00 Euros poderia ser reduzida significativamente, como forma de pagar uma parte das dívidas a fornecedores. -----

-----b) Apesar dos consecutivos alertas que temos feito, verifica-se neste Orçamento um novo incremento nas despesas com “Publicidade” (340.560, Euros), de acordo com o Quadro seguinte, demonstrando que nesta rubrica há espaço para um esforço de contenção ainda maior. DE acordo com estes números, a Câmara Municipal do Cartaxo já quase gasta 1.000 Euros por dia em “Publicidade”; -----

Rubricas	Orçamento 2008	Orçamento 2007	Orçamento 2006	Orçamento 2005	Orçamento 2004
Total	340.560,	237.350,	305.465	364.250	179.600

Fonte: Planos e Orçamentos da Câmara Municipal do Cartaxo

----- c) No Orçamento de 2008, o somatório das rubricas orçamentais com a designação de “Outros” é de 7.775 259,00 Euros, cujo peso no total orçamentado é de 19,57%, o que permite sua utilização de forma aleatória, sem qualquer conhecimento sobre o seu destino, porque não especifica rigorosamente nada de nada do que se pretende fazer com essas verbas. É mais um exemplo da falta de rigor e de transparência das contas com que nos debatemos constantemente; -----

-----d) Por último, referimo-nos à rápida evolução dos Juros e Encargos Financeiros, na sua maioria pagos ou a pagar às instituições financeiras, parte deles devidos aos acordos de pagamentos aos fornecedores em cerca de 9 Milhões de Euros, a saber: -----

Juros e outros encargos financeiros de 2006	566.681,00 Euros
Juros e outros encargos financeiros de 2007	879.900,00 Euros

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/12/2007

Juros e outros encargos financeiros de 2008	1.042.198,00 Euros
---	--------------------

-----e) Quanto às “Transferências Correntes” elas sobem, em especial, nos Protocolos com as Freguesias e com as Colectividades. É com agrado que vemos que o executivo municipal procura pagar integralmente às Juntas de Freguesia ainda no corrente ano (dado que nas Actividades Mais Relevantes, - pág. 80 – não se prevê actividade para 2007). Porém, já não podemos afirmar o mesmo relativamente às Colectividades que ainda têm montantes de Protocolos dos anos de 2005, 2006 e 2007 por receber (pág. 79). Neste sentido, mantemos a nossa proposta de que o Município do Cartaxo pode prestar uma melhor colaboração às Colectividades, através de uma calendarização financeira (mensal, trimestral ou outra tida por mais conveniente) e antecipada dos montantes a atribuir a cada uma das entidades com que há Protocolos assinados. -----

-----Ainda neste contexto, consideramos essencial que o executivo municipal garanta a maior transparência possível às informações que tem de prestar aos Vereadores, aos Municípes em geral e também à Comunicação Social, sobre quais são os montantes executados e os relatórios detalhados sobre a avaliação e desenvolvimento dos Protocolos. -----

-----f) Ainda uma nota sobre o facto de a Câmara Municipal do Cartaxo manter uma dívida de cerca de 140 mil Euros de quotizações à Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo (CULT) como consta da página 92. Porque será que não se pagam as quotizações? -----

-----Relativamente ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI), não estão previstos mais de 10 novos projectos o que revela bem sobre a dimensão da estratégia e sobre o Investimento Municipal. -----

-----Da análise que fizemos ao PPI, constatamos que há Projectos cujas obras já terminaram, mas ainda continuam a ser orçamentadas verbas para eles. Daí que existam despesas de anos anteriores que se mantêm cabimentadas nos anos seguintes, fazendo com que uma parte da receita deste Orçamento fique cativa, logo à partida. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/12/2007

-----Existem Projectos de 1999 a 2007 no PPI (por exemplo, na pág. 68) referentes a obras de anteriores mandatos. Alguns deles ilustram bem a manutenção, ao longo dos anos, da dívida assumida para além do possível.-----

-----Quanto às Actividades Mais Relevantes, a situação é idêntica aquela que existe no PPI, identificando-se Projectos de 2004 que mais não são do que a evidência de Despesa Corrente contraída e não paga.-----

-----Constata-se assim que a CMC não consegue cumprir com os compromissos financeiros assumidos com os fornecedores. -----

-----Neste grupo incluem-se os Protocolos com as forças vivas do concelho (Associações, Colectividades e Juntas de Freguesia) que se estão a tornar ingovernáveis para os beneficiários dado o atraso significativo que há em anos anteriores e que transitam para presente Proposta de Orçamento de 2008.-----

-----Na proposta de Orçamento para 2008, há um significativo número de pagamentos por realizar e que são respeitantes a anos anteriores e que podem ser identificados nas Actividades Mais Relevantes para 2007, (acontecendo que alguns destes compromissos já transitam de anteriores Orçamentos) como são por exemplo: -

-----Por todas as razões atrás expostas, os Deputados do PSD na Assembleia Municipal do Cartaxo votam pela abstenção a presente proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento, apresentados para 2008, assumindo um compromisso de vigilância total ao cumprimento das promessas que foram feitas pelo Partido Socialista no executivo municipal. -----

-----Finalmente, os Deputados do PSD deixam igualmente manifestada nesta posição que o Estatuto do Direito de Oposição (artigo 5, n.º 3) foi cumprido pelo executivo da Câmara Municipal do Cartaxo, liderado pelo Partido Socialista.”-----

-----**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

-----Disse que foi muito positivo que o orçamento tenha tido uma aprovação em Câmara Municipal, uma vez que faz parte integrante de uma estratégia que o Partido Socialista tem vindo a desenvolver. Estratégia que seria cortada e seria extremamente prejudicada com a concretização de um regime duodecimal do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/12/2007

Orçamento de 2008 e o concelho do Cartaxo, não teria oportunidade, conforme referido pelo Senhor Deputado do PSD, de ir conquistar quer apoios comunitários ao QREN ou de concretização de investimentos importantíssimos, nomeadamente na área do saneamento básico e ambiente. -----

-----Neste sentido disse que, ficou satisfeito do Orçamento ter passado em reunião do executivo municipal e referiu que estava crente que o mesmo iria passar em Assembleia Municipal. Pois o pagamento às colectividades com regularidade ou com uma programação predefinida, o regime de bonificação fiscal para os munícipes do concelho com uma bonificação de 2,5 % na participação fixa do IRS, assim como a não alienação do campo da feira durante o ano de 2008, vão enriquecer o documento e tem cumprimento integral naquilo que é a estratégia da maioria socialista, que governa o município do Cartaxo. -----

-----Valorizou a posição sensata que o PSD adoptou ao viabilizar, pretensamente com a satisfação destas condições ao se abster e ao dar um voto de confiança ao Orçamento, pois caso contrário, nesta altura seria drástico e seria colocar o Município do Cartaxo numa posição muito difícil para concretizar uma estratégia de crescimento e desenvolvimento que os habitantes do Cartaxo precisam. -----

-----Em resposta ao Deputado do B.E. disse que, estava na política por vocação e por motivação para satisfazer aquilo que é o interesse público e dos munícipes, as derrotas ou as suas vitórias políticas são o menos importante naquilo que é a vitória política e social dos habitantes do concelho do Cartaxo. -----

-----Em Relação à cedência do direito de superfície, informou o Senhor Deputado do B.E. que a mesma tem cabimento no Orçamento de 2008. -----

-----Quanto à renda da concessão das águas referiu que os doze milhões, referidos pelo Senhor Deputado do B. E., são de investimento e que a renda que vem pela valorização do património é de vinte e um milhões de euros. Em relação ao terreno do campo da feira disse que nunca seria cedido, vendido ou colocado em qualquer instrumento financeiro. -----

-----Quanto ao Estrela Clube Ouriquense, informou que não havia nenhuma carta de conforto e salientou ainda que nenhum banco aceitaria tal ilegalidade. Neste

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/12/2007

sentido disse que o que existe é o que consta nas actas da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, ou seja, a própria discussão sobre esta matéria.-----

-----Em relação à questão das despesas com o pessoal e à revisão orgânica do quadro de pessoal disse que, a interligação das mesmas é falso, ou seja, não foi feita a revisão orgânica para fazer crescer as despesas com o pessoal, mas sim para fazer um conjunto de valorizações de carreira e para fazer um conjunto de adaptações dos serviços da autarquia quanto à prestação municipal. -----

-----Quanto ao que o Senhor Deputado Municipal Vasco Cunha mencionou, quando disse que havia doze a treze milhões de euros que andavam a “rolar” de orçamento para orçamento no Município do Cartaxo, referiu que está a terminar o terceiro Quadro Comunitário de Apoio, que representou para o Município do Cartaxo um salto qualificativo tanto a nível de equipamentos concretizados como também a nível de dados contabilísticos e contabilizados. O Município do Cartaxo, na Lezíria do Tejo teve um aproveitamento integral nos fundos comunitários, no entanto ainda falta o PICTUR que o executivo municipal vai tentar ainda enquadrar no referido Quadro Comunitário. Disse que quinze milhões, novecentos e setenta e oito mil, novecentos e setenta e sete euros, foi o montante investido no Município do Cartaxo de 2000 a 2006 e que nos próximos anos vai acontecer o mesmo, ou seja, o QREN, a Carta Educativa, o projecto de Valada XXI e a valorização turística, o saneamento básico, as infra-estruturas fundamentais dos equipamentos sociais, e as áreas de localização empresarial, são a tradução gráfica do investimento para os próximos anos. -----

-----Referiu que em 2003/2004, tal como o Senhor Deputado Vasco Cunha referiu, a taxa de execução foi de 91% comparativamente ao orçado, facto que teve a ver com o andamento do QREN e do Quadro Comunitário de Apoio, que teve os seus eixos máximos de execução neste ponto. -----

-----O Município do Cartaxo sobre a sua gestão, conseguiu nos últimos anos ter fundos comunitários que rondam os quinze milhões de euros, ou seja o que a Câmara municipal foi buscar à comunidade europeia e aos contratos programa foi de cerca de dezasseis milhões de euros de FEDER ilegível, um valor muito superior ao que aconteceu desde 1986, com o FEDER tradicional, QCA1 e o QCA 2, até 1999. ----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/12/2007

-----Disse que ainda bem que a CDU e o B.E votaram contra este orçamento, porque de facto têm estratégias diferentes do PS.-----

-----Salientou que a CDU é a favor da descentralização para as freguesias, do investimento na área social e do pacote de incentivos às colectividades, no entanto a mesma não concorda com a alienação dos direitos de superfície do campo da feira ou de qualquer outro património, porque beneficia sociedades anónimas, e também refere que a concessão das águas não está correcta porque dentro de uma lógica de privatização, faz uma valorização do património e faz simultaneamente aquilo que é uma concessão a privados de um sistema de sustentabilidade a trinta e cinco anos e por fim diz que a revisão orgânica vai engrossar o quadro de pessoal. -----

-----Neste sentido disse que sempre viu a CDU a defender a valorização dos trabalhadores e em relação a esta matéria salientou que, com a revisão orgânica e com a revisão do quadro de pessoal jamais teria uma posição contra aquilo que é uma valorização dos trabalhadores. Referiu que era preferível a CDU, perceber o que está em causa e depois haver uma lógica de decisão de critica positiva sobre o que está em causa. -----

-----Disse que a Autarquia tem os objectivos estratégicos bem definidos, assim como a descentralização de investimentos para as freguesias e a dinâmica social. Referiu ainda que o Município do Cartaxo vai “agarrar” no dinheiro das águas para consolidar financeiramente a autarquia e simultaneamente “agarrar” nos activos que a autarquia possui e gerir o património para sustentar um QREN que tem uma ambição de investimentos que ultrapassa os cento e cinquenta milhões de euros. -----

-----Disse ainda que, dos doze milhões de euros que no início do mandato a autarquia tinha de dívidas a fornecedores e a empreiteiros neste momento deve 3.2 milhões de euros. -----

-----Referiu que não é fácil governar em “tempo de vacas magras”, no entanto está de consciência tranquila porque o esforço que a autarquia está a fazer está a traduzir-se em pagamento de dívida aos fornecedores e empreiteiros. -----

-----Disse que, os elementos que foram postos à consideração do executivo, nomeadamente a questão da gestão das colectividades de uma forma programada e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/12/2007

planeada em relação aos pagamentos, a questão do IRS e da bonificação fiscal para uma captação e fixação no concelho, assim como a questão do executivo não vender o campo da feira integram-se plenamente na estratégia do executivo municipal. Disse ainda que, enquadrando os mesmos como factores de valorização, daquilo que é o plano de actividades do documento e estratégia de desenvolvimento, que o Executivo Municipal trilhou para o concelho do Cartaxo. -----

-----**SENHOR DEPUTADO FRANCISCO COLAÇO, BE**-----

-----No uso da palavra disse que em relação ao Estrela Futebol Ouriquense o Senhor Carlos Albuquerque tinha declarado publicamente que tinha sido feito uma carta de conforto de quatrocentos mil euros. -----

-----Disse ainda que o Eng. Francisco Casimiro, no programa da Rádio Cartaxo, no qual também esteve presente, lhe garantiu que não foi de quatrocentos mil euros mas sim de vinte mil euros. -----

-----Em resposta ao Senhor Presidente da Câmara disse que, por vezes, as vitórias políticas do Senhor presidente eram a derrota dos munícipes do Cartaxo. Considera que a derrota do Orçamento em causa foi uma vitória política para os munícipes do Cartaxo. -----

-----Em relação à concessão das águas disse que, a vinda de capitais das águas nos próximos anos, vai resolver o problema orçamental da Câmara Municipal, pena é que quem vier gerir o município nos próximos trinta e cinco anos tenha que pagar os investimentos que a Câmara Municipal vai receber nos primeiros quatro anos de retorno do projecto de Águas do Ribatejo. -----

-----Quando ao Quadro de Pessoal, disse que quem realizou este projecto, provavelmente inspirou-se numa autarquia como a de Lisboa ou Porto, nas quais justifica-se seis ou sete departamentos, o que não se justifica no Município do Cartaxo.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/12/2007

-----**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

-----No uso da palavra e quanto à questão da revisão orgânica disse que, o tempo encarregar-se-á de demonstrar a verdade dos factos e a forma como o processo se consolida. -----

-----Em relação ao saneamento básico referiu que o modelo das águas que está apresentado é para ser sustentável ao longo dos anos. Salientou ainda que, os 45% que respeitam aos primeiros cinco anos correspondem também ao período de grandes investimentos que vão ser feitos forçadamente, que ultrapassam os doze milhões de euros. Referiu ainda que, esta foi uma condição balizada por aquilo que acontece em qualquer concessão e que ao longo dos restantes anos, ficará sempre uma verba na ordem dos seiscentos mil euros para sustentar o sistema e o pagamento daquilo que são encargos correntes como o próprio sistema de gestão da Câmara, ou seja, alguma poupança corrente para investimentos. -----

-----**O DEPUTADO MUNICIPAL JOSÉ GAMEIRO, PS**-----

-----No uso da palavra e em relação à questão do Estrela Futebol Ouriquense disse que entrou para a banca em 1980 e que não conhecia o termo “carta de conforto”. Informou ainda o Senhor Deputado do B.E. que quando alguém recorre a um crédito pessoal, para justificar o rendimento necessita de um comprovativo para comprovar o que declarou. Neste sentido disse que, provavelmente foi o que aconteceu no caso do Estrela Futebol Ouriquense, ou seja, o clube para provar que conseguia pagar o empréstimo bancário disse que a Câmara lhe concedia uma verba anual em protocolo e esta, por sua vez pode muito bem comprovar a veracidade de tal informação. -----

-----**O DEPUTADO MUNICIPAL ROGÉRIO COITO, CDU**-----

-----No uso da palavra disse que realmente a leitura ao orçamento não coincidia com a do PS, no entanto todos tem o direito de fazerem a leitura política como entenderem, pois em democracia é assim mesmo. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/12/2007

-----Quanto à questão do quadro de pessoal disse que, a maioria dos trabalhadores tem um vencimento muito baixo e que o aumento da despesa global se deve, principalmente, ao aumento das vinte oito chefias.-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA**-----

-----Terminadas as intervenções, encerrou o debate, iniciou o processo de votação da Moção apresentada pelo grupo do PS, sobre o novo ciclo de investimentos para o próximo ano de 2008 e a votação do Ponto n.º 1 As grandes Opções do plano e orçamento do Município do Cartaxo para 2008, tendo a Assembleia deliberado o seguinte:-----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou por maioria aprovar a Moção apresentada pelo grupo do PS, sobre o novo ciclo de investimentos para o próximo ano de 2008, com 14 votos a favor do PS, 8 votos contra, 1 do Grupo PS, 4 do Grupo PSD e 3 do Grupo CDU.-----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou por maioria aprovar, as Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município do Cartaxo para o ano de 2008, com 14 votos a favor do Grupo PS, 8 votos contra, 1 do Grupo PS, 4 do Grupo PSD e 3 do Grupo CDU.-----

-----**O DEPUTADO MUNICIPAL PEDRO NOBRE**-----

-----**Declaração de Voto**-----

-----Cumprimentou os presentes e disse que estava na expectativa de ouvir explicações do Senhor Presidente, relativamente a algumas questões levantadas para decidir o seu sentido de voto.-----

-----Disse que concordava com as principais linhas de investimento corporizadas no documento em causa, onde realça o desenvolvimento das áreas empresariais, construção e beneficiação dos equipamentos educativos, construção do parque central, projecto de animação turística Valada XXI e Pavilhão Multiusos, assim como o reforço de verbas às Juntas de Freguesia e colectividades do concelho do Cartaxo.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/12/2007

-----Disse ainda que suscitam grandes dúvidas e grandes questões que não pode concordar. No seu entendimento este Orçamento toma proporções desfasadas com a realidade e com o que se pretende com uma conjuntura de contenção de despesas, como o aumento de despesas de pessoal, sobretudo numa altura que se está a concessionar diversos serviços a privados. -----

-----Quanto à questão das rendas da exploração do serviço de água, disse que a explicação do Senhor Presidente não o convenceu. -----

-----Em relação à questão do Campo da Feira referiu que, não tendo sido apresentada uma proposta alternativa credível, continua a ser frontalmente contra. -----

-----Neste sentido terminou dizendo que, como membro desta Assembleia pelo qual foi eleito e pelo compromisso que assumiu na defesa dos interesses dos Municípios, não pode concordar com a proposta apresentada.-----

-----**SENHOR DEPUTADO FRANCISCO COLAÇO, BE** -----

-----Fez a seguinte declaração de voto:-----

-----Disse que se ausentou por todas as razões que foram apresentadas e também porque o Senhor Presidente da Câmara, preferiu omitir e não responder a nenhuma das questões por si colocadas. -----

PONTO 2 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA MINUTA DEFINITIVA DO CONTRATO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA AO MUNICÍPIO A CELEBRAR COM A EPAL – EMPRESA PORTUGUESA DAS ÁGUAS LIVRES, S. A. – FORNECIMENTO EM ALTA.-----

-----**Proposta de Deliberação:** De acordo com o artigo 53º, da Lei n.º169/99 de 18 de Setembro, submete-se à aprovação da Assembleia Municipal sob a proposta da Câmara Municipal, a minuta definitiva do contrato de abastecimento de água ao Município do Cartaxo a celebrar com a EPAL. -----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA** -----

-----No uso da palavra colocou à discussão e votação o ponto dois, deu a palavra ao Senhor Deputado Délio Pereira.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/12/2007

-----**SR. DÉLIO MODESTO PEREIRA, CDU**-----

-----No uso da palavra cumprimentou os presentes e disse que, em relação a este assunto, a CDU estava de acordo com a solução que a Câmara Municipal adoptou para obter a parceria com a EPAL, pelos seguintes motivos: -----

-----1. É uma empresa pública de créditos dados, bastante conceituada nos mercados;-----

-----2. O concelho passa a consumir água de boa qualidade obtida através de superfície deixando assim de consumir água de captação, que tem mais consequências devido ao efeito de esponja entre o solo e os lençóis freáticos; -----

-----No entanto disse que, no entendimento da CDU, a saída do Município do Cartaxo das Águas do Ribatejo foi precipitada, porque há uma empresa intermunicipal com bastantes garantias e porque a Câmara Municipal corre o risco de perder 2,9 milhões de euros de verbas do fundo de coesão. -----

-----Disse, que o Dr. Sousa Gomes, referiu que o processo já seguiu para Bruxelas, como projecto Águas do Ribatejo, agora com os sete Municípios e que o mesmo tinha também afirmado que o Município do Cartaxo não deve ter acesso aos fundos de coesão porque não integra uma empresa intermunicipal.-----

-----Em relação ao concurso internacional de concessão, exploração e distribuição de água, referiu que o concelho do Cartaxo corre o risco de ganhar um candidato estrangeiro, e que a CDU espera que os consumidores não sejam prejudicados em relação ao aumento das tarifas.-----

-----Quanto à questão dos fundos de coesão, disse que devem ser tomadas todas as iniciativas para obter aquela verba. -----

-----**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

-----No uso da palavra solicitou que ficasse registado em acta as declarações do Dr. Sousa Gomes, proferidas pelo Senhor Deputado Délio Pereira, e que iria demonstrar, futuramente que as mesmas não iriam corresponder à verdade. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/12/2007

-----Disse ainda que tinha um enorme respeito pelo Dr. Sousa Gomes, mas no seu entendimento a afirmação que acabara de ouvir, proferida pelo Senhor Deputado Municipal, era de uma deselegância total, pois não se faz uma afirmação desta natureza quando se está ao serviço de uma autarquia, podendo a mesma correr o risco de não ser verdadeira. -----

-----SENHOR PRESIDENTE DA MESA -----

-----Terminadas as intervenções, encerrou o debate, iniciou o processo de votação tendo a Assembleia deliberado o seguinte: -----

Deliberação: A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com 15 votos a favor do PS, 4 votos a favor do PSD, 3 votos a favor da CDU e 1 uma abstenção do BE, aprovar, sob proposta da Câmara Municipal, a minuta definitiva de contrato a celebrar entre o Município do Cartaxo e a EPAL.-----

PONTO 3 – FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NO VALOR DE 2,5% EM IRS DOS SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICÍLIO FISCAL NA CIRCUNSCRIÇÃO TERRITORIAL DO CONCELHO DO CARTAXO, NOS TERMOS DO N.º1, DO ARTIGO 20.º DA LEI N.º 2/2007, DE 15 DE JANEIRO. -

-----SENHOR PRESIDENTE DA MESA -----

-----Apresentou a seguinte proposta de deliberação.-----

-----Considerando:-----

-----1. A Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro que aprova o Regime Financeiro dos Municípios e das Freguesias – Lei das Finanças Locais, revogando a Lei n.º 42/98 de 6 de Agosto; -----

-----2. A proposta dos Vereadores do PSD que colocaram à aprovação do executivo uma participação variável no IRS de 2,5% dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do concelho do Cartaxo, que incidirá sobre os rendimentos dos contribuintes referentes ao ano de 2008, sendo a cobrança respectiva em 2009;-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/12/2007

-----3. que a mesma se encontra nas linhas estratégicas para o desenvolvimento do município e que tem como finalidade dar um benefício fiscal aos munícipes contributivos a residir no concelho do Cartaxo e incentivar a fixação do seu domicílio fiscal neste concelho; -----

-----4. O diploma rectro citado, atribuiu aos municípios em cada ano uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do concelho do Cartaxo, relativo aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respectiva colecta líquida das deduções previstas no n.º1, do artigo 78.º do Código do IRS; -----

-----5. O município pode fixar uma participação em IRS inferior a 5% desde que seja deliberado pela Assembleia Municipal e comunicado impreterivelmente, à Direcção-Geral de Contribuições e Impostos até 31 de Dezembro; -----

-----Face aos considerandos expostos, o Senhor Presidente propôs à Câmara Municipal do Cartaxo aprovar a referida participação variável no IRS de 2,5% sobre os seus rendimentos referentes ao ano de 2008, sendo a cobrança respectiva em 2009. -----

-----Esta proposta mereceu aprovação por unanimidade do executivo municipal, na reunião do passado dia dezoito de Dezembro.-----

-----**A DEPUTADA MUNICIPAL EMÍLIA SOARES, CDU** -----

-----Referiu que, pela primeira vez, vai ser aplicado o sistema de participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal, no concelho do Cartaxo. E graças ao acordo, entre o PS e o PSD, para viabilizar as grandes opções do Orçamento do Município do Cartaxo, foi divulgado que era benéfico para os munícipes, esta benesse. -----

-----Disse que a CDU sabia que não existem assim tantos beneficiados, porque só os que tem rendimentos elevados são beneficiados e a maioria dos contribuintes no concelho tem rendimentos baixos e não pagam IRS. -----

-----Referiu que é uma medida com alguma demagogia em favor dos que mais têm e terá de haver alguma prudência e bom senso. O Município vai prescindir de uma verba que poderia ser aplicável em melhorias de obra no concelho. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/12/2007

-----Disse ainda que soube pela comunicação social, que o Município de Torres Novas, vai aplicar 1% desta taxa. -----

-----Salientou que se a CDU, pudesse ainda propor gostaria de ver aprovado só 1% desta taxa. Pois poderia ser uma mais valia para aplicar noutras situações.-----

-----**O DEPUTADO MUNICIPAL JOSÉ GAMEIRO, PS** -----

-----Apresentou a seguinte Moção:-----

-----*“Considerando que a Câmara do Cartaxo vai diminuir em 2,5 % da taxa de IRS cobrada aos munícipes do concelho, e esta medida de bonificação fiscal irá incidir sobre os rendimentos dos contribuintes referentes ao ano de 2008, sendo a respectiva cobrança efectuada em 2009. -----*

-----*Considerando que a proposta, apresentada pelos vereadores do PSD e aprovada por unanimidade na reunião de 28 de Dezembro, constitui um instrumento importante de desenvolvimento, que a maioria socialista enquadra inteiramente nas linhas estratégicas que define o seu município;-----*

-----*Considerando que este benefício fiscal para os munícipes contributivos, residentes no concelho, tem um alcance importante na política social, uma vez que contribui significativamente para incentivar a fixação de um maior número de habitantes no concelho; -----*

-----*Considerando que esta é mais uma medida de gestão que reforça os objectivos traçados pela maioria socialista para a criação de um concelho que se quer afirmar pelo progresso/desenvolvimento e pela qualidade de vida, e contribuem também para essa afirmação, designadamente para a fixação da população, a revisão do PDM, as bonificações e incentivos contemplados no âmbito das taxas de IMI e Derrama, os equipamentos sociais, culturais e desportivos concretizados nas oito freguesias e a política de criação de emprego e de valorização da qualidade de vida, que tem vindo a ser seguida pela autarquia; -----*

-----*Propõe este Grupo que a Assembleia Municipal aprove esta medida do executivo camarário considerando-a da maior importância social para os munícipes do Concelho do Cartaxo.” -----*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/12/2007

-----**SENHOR DEPUTADO VASCO CUNHA, PSD**-----

-----Referiu que esta é uma proposta com a qual o PSD está de acordo e que já há algum tempo o Vereador, Dr. Manuel Jarêgo, tem vindo a defender no Executivo Municipal.-----

-----No seu entendimento, actualmente, tudo que tenha a ver com a redução de carga fiscal, é essencial e benéfico para a cidadania do país. Referiu que, pela primeira vez, as autarquias podem começar a utilizar um imposto que, até aqui, sempre teve carácter nacional e que a partir de agora vai ter uma parcela que incumbe às autarquias decidir sobre o que bem entenderem, relativamente a esta taxa. -----

-----Neste sentido disse que, não percebe a preocupação de alguns, em saber se vai haver uma poupança ou não, com aquilo que eventualmente a Câmara Municipal venha a receber destes montantes. -----

-----Referiu que as pessoas que têm a segunda residência no Cartaxo também deveriam pagar os respectivos impostos no concelho, pois também utilizam as estradas municipais, beneficiam da luz eléctrica que o município faculta, beneficiam da água pública, que eventualmente corre nas ruas ou nas freguesias do concelho, e beneficiam de um conjunto de serviços públicos que são facultados essencialmente pelo Município.

-----**SENHOR DEPUTADO FRANCISCO COLAÇO, BE**-----

-----Realçou que o PSD, ao fazer esta proposta é como dar a “corda para o PS se enforcar”, porque por um lado critica que a receita é pouca e o nível de execução é fraco, no entanto propõe uma redução de uma eventual receita, apesar de serem valores que não terão grande impacto.-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA**-----

-----Terminadas as intervenções, encerrou o debate, iniciou o processo de votação tendo a Assembleia deliberado o seguinte: -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/12/2007

Deliberação: A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, aprovar a proposta de participação variável no IRS/rendimento de 2008 – receita municipal em 2009, fixada no valor de 2,5% em IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do concelho do Cartaxo, nos termos do n.º 1, do artigo 20.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, com 19 votos a favor, 15 do Grupo PS, 4 do Grupo PSD, 4 abstenções, 3 do Grupo CDU e 1 abstenção do BE. -----

-----**A DEPUTADA MUNICIPAL EMÍLIA SOARES, CDU** -----

-----Fez a seguinte declaração de voto:-----

-----**Declaração de Voto**-----

-----“Considerando que a Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, é uma lei que vai ser aplicada pela primeira vez; -----

-----Considerando que os beneficiados vão ser os que mais ganham; -----

-----Considerando que a Câmara vai abdicar de uma receita em que poderia aplicarem benefícios colectivos. -----

-----Abstemo-nos enquanto não estivermos bem esclarecidos sobre a aplicação deste novo sistema.”-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA**-----

-----De seguida colocou a votação a Moção sobre esta matéria, apresentada pelo Grupo PS, tendo a Assembleia deliberado o seguinte: -----

Deliberação: A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, aprovar a Moção apresentada pelo grupo do PS, sobre a fixação em 2,5 % da taxa de IRS cobrada aos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do Cartaxo sobre o rendimento de 2008 – receita municipal em 2009, com 19 votos a favor, 15 do Grupo PS, 4 do Grupo PSD e 3 abstenções do Grupo CDU. -----

Nota: O Deputado Municipal do BE ausentou-se da sala no momento da votação.-----

-----**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/12/2007

-----Pedi a palavra ao Senhor Presidente da Mesa para dar conhecimento que o Município do Cartaxo em conjunto com os municípios de Almeirim, Santarém e Rio Maior, foram enquadrados dentro da política do QREN e a regulamentação para as políticas de cidade, ou seja, o chamado POLIS dos pequeninos, política de regeneração urbana. -----

-----Trata-se de dinheiro para o município fazer investimentos de valorização urbana, nomeadamente o Parque Central.-----

-----Salientou que o montante do co-financiamento é 65% a 85% a fundo perdido. -----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA:**-----

ENCERRAMENTO: Não havendo outros assuntos a tratar, deu por encerrada a sessão, às vinte e uma horas e trinta minutos, agradecendo a presença do público, da comunicação social, do Executivo e de todos os membros da Assembleia e aproveitou ainda, para em nome da Assembleia Municipal do Cartaxo e em seu nome pessoal, desejar um Próspero Ano Novo repletos de saúde e paz. -----

FORMA DE VOTAÇÃO – As deliberações constantes desta acta foram aprovadas por unanimidade de votos dos membros presentes na Assembleia Municipal. -----

-----Para constar se lavrou a presente acta, e eu, Maria de Lourdes Ouro Martins Sardinha, a redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----
